



Votação da Previdência seguirá prazos constitucionais, diz Davi

PEC da reforma deve ser votada em primeiro turno pelo Plenário na próxima semana. Tema será debatido hoje, às 14h, em sessão temática interativa com especialistas e senadores

Não houve consenso entre os líderes partidários para iniciar a votação da reforma da Previdência no Plenário do Senado já nesta semana, disse ontem o presidente da Casa, Davi Alcolumbre. A análise da proposta deve seguir os prazos constitucionais, com a votação em primeiro turno na semana que vem e a conclusão até 10 de outubro.

Hoje haverá em Plenário uma sessão temática para debater a reforma com especialistas e senadores. Cidadãos poderão enviar questionamentos.

Já a chamada PEC paralela também começa a ser discutida hoje. Entre outros pontos, ela prevê a inclusão de estados e municípios na reforma.

No Senado, a PEC paralela caminhará com o texto principal até a votação em primeiro turno. Depois, retornará à Comissão de Constituição e Justiça — que aprovou a proposta na semana passada — para receber emendas.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se comprometeu a dar prosseguimento à votação da PEC paralela naquela Casa. **3**



Marcos Brandão/Senado Federal

Davi Alcolumbre dá entrevista sobre calendário da PEC após visitar o presidente em exercício, Hamilton Mourão

Senadores querem ouvir ministros sobre Itaipu **4**

Desempenho da Antaq será debatido hoje **4**

Leila elogia Rotary International em sessão especial **2**

CPI mista das Fakes News pode ouvir diretores de redes sociais

A CPI mista das Fake News pode votar hoje requerimentos de convocação dos responsáveis pelo site The Intercept Brasil e de representantes legais no Brasil do WhatsApp, Google, Instagram, YouTube e Telegram, empresas de redes sociais. **3**

Debatedores divergem sobre Previdência nos municípios

Na Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas afirmaram que a reforma da Previdência impedirá a aposentadoria de milhões, enquanto representante do governo disse que estados e municípios já não conseguem arcar com despesas. **3**

Senado abre hoje exposição em homenagem ao Amapá

A mostra Amapá — Onde os Hemisférios se Encontram, que será inaugurada às 11h, reúne trabalhos de 26 artistas, imagens que retratam o artesanato e a

cultura negra da região. Realizado pela Presidência do Senado, o evento celebra a criação do território do Amapá, em setembro de 1943, e termina na sexta.



Antônio Pinheiro/Núcleo de Intranet

Os trabalhos estarão expostos no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima

Administradores criticam proposta sobre conselhos

Em sessão especial em homenagem ao Dia do Administrador, representantes da categoria manifestaram preocupação com a PEC 108/2019, que desobriga a inscrição de profissionais em conselhos de classe. A reunião, solicitada pelo senador Izalci Lucas, trouxe ainda uma reflexão

dos participantes, que ressaltaram a importância dos administradores na condução das políticas públicas. Eles ainda classificaram a PEC — que tramita na Câmara — como um risco à sociedade e ao exercício profissional. O senador Eduardo Gomes também participou da sessão. **2**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Entre representantes dos administradores, senador Izalci Lucas (C) preside homenagem à categoria em sessão especial

Teto de gastos do Orçamento deverá ser cumprido em 2020

Relatório da Instituição Fiscal Independente prevê que o governo cumprirá o teto de gastos do Orçamento em 2020. O gasto discricionário, que inclui

investimentos, ficará em nível historicamente baixo no ano que vem. O crescimento de 0,4% do PIB no segundo trimestre, diz a IFI, mantém o ritmo dos últimos anos **4**

Senado homenageia Rotary e Leila elogia a instituição

Senadora requereu e presidiu a sessão especial para celebrar a história e a atuação da organização, que está presente em mais de 200 países. Programas de saúde e de meio ambiente foram ressaltados

EM SESSÃO ESPECIAL ontem, requerida por Leila Barros (PSB-DF), o Senado homenageou o Rotary Internacional. A senadora, que presidiu a reunião, exaltou o trabalho da instituição.

— Tenho conhecimento dos extraordinários projetos de âmbito mundial, seja focando na preservação ambiental, com o Programa Preserve o Planeta Terra, seja executando projetos na área de saúde — afirmou Leila.

Criado em 1905, em Chicago (EUA), o Rotary está em mais de 200 países e tem cerca de 1,2 milhão de associados. Leila disse que a instituição tem programas como a criação de bancos de leite, a doação de materiais esportivos e equipamentos para escolas, além da prevenção à violência e ao uso de drogas.

O diretor do Rotary Mário



Leila (3ª à esq.), entre Maloney e Camargo, preside a sessão especial

Cesar Martins de Camargo afirmou que há 2.382 clubes no Brasil, com 53 mil rotarianos. Ele explicou que a filosofia da instituição é a da paz, da amizade e da tolerância.

— Em Macapá, a Fundação investiu US\$ 232 mil num único projeto destinado a algo fundamental, que é a melhoria da qualidade do ensino público. E, na Bahia, com o projeto da Irmã Dulce, despendeu US\$ 196 mil para renovar os equipamentos.

Já o presidente do Rotary International, Mark Daniel Maloney, falou sobre o combate à poliomielite.

— O Rotary assume uma posição central na luta global pelo fim da pólio desde o lançamento da nossa campanha PolioPlus em 1985.

No Brasil, os rotarianos têm a campanha Elimine a Pólio Agora. Camargo disse que espera dar continuidade à parceria com o Ministério da Saúde.

Kajuru defende que aumento de pena para crimes contra cônjuge

Jorge Kajuru (Patriota-GO) ressaltou ontem em Plenário que houve 974 tentativas de feminicídio em dezembro de 2018, 78% a mais que as do mesmo mês de 2017. O senador apresentou o PLS 4.305/2019, que duplica as penas para os crimes contra cônjuges, companheiros ou ex-cônjuges.

— Há que se tratar a questão também pelo lado social e cultural: levar para as salas de aula. Enfim, prevenir.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Izalci Lucas pede duplicação de estradas no Distrito Federal

Izalci Lucas (PSDB-DF) reclamou ontem em Plenário da burocracia para duplicar a BR-080 e a BR-001 que passam por Brazlândia (DF). Segundo ele, as rodovias são de extrema importância para o escoamento da produção agrícola e para o turismo religioso.

— É a chamada Rodovia da Morte e a gente não consegue a bendita licença ambiental. É uma coisa tão óbvia que deveria ser automática.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Girão: quem combate a Lava Jato não deve decidir sobre recursos

Para Eduardo Girão (Podemos-CE), é uma contradição que autoridades que querem enfraquecer a Lava Jato e a recuperação do dinheiro desviado sejam as mesmas que estão definindo o destino desses recursos, disse ele ontem em Plenário.

— A estimativa de ressarcimento aos cofres públicos, segundo cálculos da força-tarefa [da Lava Jato], é de mais de R\$ 44 bilhões. Nenhuma nação pode abrir mão dessa fortuna.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Styvenson aponta redução de matrículas na educação básica

Styvenson Valentim (Podemos-RN) apontou a redução de matrículas na educação básica em 2018, em comparação a 2014, em especial no seu estado, segundo o MEC.

— Um dos nossos maiores desafios é aumentar o índice de aprendizado para diminuir a tão grande desigualdade que há neste país. Eu quero que meu país melhore e é através da educação — disse ontem em Plenário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em sessão especial, administradores criticam fim de inscrição em conselho

A preocupação com a PEC 108/2019, que desobriga a inscrição em conselhos profissionais, marcou ontem a sessão especial em homenagem ao Dia do Administrador. Representantes da categoria ressaltaram a importância dos administradores na condução das políticas públicas e classificaram a PEC — que tramita na Câmara — como um risco à sociedade e ao exercício profissional.

O presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Mauro Kreuz, defendeu o papel do administrador profissional em um projeto estratégico de nação.

— Somos absolutamente

vocacionados para a administração profissional, e para nós pouco importa se ela é pública ou privada.

O senador Eduardo Gomes (MDB-TO) disse confiar no CFA para melhorias e correções necessárias no texto da PEC 108/2019.

— Temos confiança no ajuste das eventuais distorções para que nenhuma matéria venha à Câmara e ao Senado sem a obrigação cidadã de discussão e de melhoramento.

Na abertura do evento o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do requerimento para a sessão especial, declarou que os administradores são indispensáveis ao país.

RÁPIDAS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PODE VOTAR MUDANÇAS NO FIES

A Comissão de Educação (CE) analisa hoje o Projeto de Lei (PL) 1.772/2019, que altera a lei do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para coibir reajustes

abusivos das mensalidades e para ampliar o financiamento de cursos mais caros. O parecer do relator, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), é pela aprovação do texto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CAE Alunos com dislexia

10h São 20 itens, entre eles o PL 3.517/2019, de apoio a alunos com dislexia.

CRE Escolha de embaixadores

10h Sabatina para embaixador na Bósnia e Herzegovina e indicação de embaixador na Guiana.

CE Ampliação do Fies

11h São 14 itens, entre eles, o PL 1.772/2019, que aumenta o alcance do Fies.

CI Audiência sobre a Antaq

11h Audiência com o diretor-geral da Antaq, Mário Povia, e 8 itens, entre eles, o PLC 153/2015, que garante segunda via de bilhete rodoviário.

CFCF Prazo para pagar seguros

11h30 Entre 15 itens o PLC 110/2015, que obriga seguradoras a pagarem a indenização devida em 30 dias.

SESSÃO TEMÁTICA

14h Reforma da Previdência.

CCT Lei Geral de Telecomunicações

14h30 São 14 itens. Entre eles, emendas de Plenário ao PLC 79/2016, que muda a LGT.

CMO Crédito para Petrobras

14h30 Na pauta, o PLN 15/2019, que abre crédito de R\$ 1,8 bi em favor da Petrobras.

FAKE NEWS Requerimentos

14h30 São 9 itens, entre eles requerimentos de convocação para a CPI mista.

MP 890/2019 Saúde em SC, PA e GO

14h30 Audiência com representantes dos conselhos das secretarias municipais de saúde de Santa Catarina, Pará e Goiás.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

16h Pronunciamentos e primeira discussão sobre a PEC 6/2019, que trata da reforma da Previdência.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário começa análise da Previdência Social

Votação da PEC no Senado seguirá os prazos constitucionais, disse o presidente da Casa, Davi Alcolumbre. A votação do texto principal deve ser concluída até 10 de outubro

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, afirmou ontem que a Casa vai cumprir o calendário regimental para discussão e aprovação da proposta da Reforma da Previdência (PEC 6/2019). Segundo acordo com os líderes partidários, a discussão do texto começa hoje e a PEC deve ser votada em primeiro turno na próxima semana. A votação de toda a reforma deve ser concluída até 10 de outubro.

Hoje haverá em Plenário sessão temática interativa a partir das 14h para debater a proposta. O Senado começa a analisar também hoje a PEC paralela, com mudanças propostas pelos senadores e compiladas em um segundo texto. Entre os dispositivos da PEC 133/2019, estão a inclusão de estados e municípios, a previsão de novas receitas para a Previdência e ainda uma revisão das intervenções da PEC original sobre benefícios assistenciais. Davi explicou que, na semana passada, manifestou desejo de que o calendário de votação da reforma pudesse ser antecipado, mas não houve acordo para isso.

— A previsão é de que a proposta seja votada em primeiro



Davi Alcolumbre conversa com jornalistas após deixar encontro com presidente em exercício, Hamilton Mourão

turno na semana que vem, respeitando o prazo constitucional de cinco sessões de discussão no Plenário. Como não houve unanimidade [para antecipar], a votação fica para 18 de setembro [em primeiro turno]. Eu me curvo à vontade dos líderes.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, participou do acordo e se comprometeu a dar prosseguimento à votação da PEC paralela naquela Casa.

Em relação à CPI dos Tribunais Superiores, cujo pedido de instalação foi protocolado por

Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Davi disse que um parecer da Consultoria Jurídica do Senado ressaltou que a Constituição proíbe investigação de decisão do Poder Judiciário.

— Se há impedimento constitucional, como eu vou passar por cima disso?

O presidente do Senado também afirmou que a indicação de Augusto Aras para procurador-geral da República só deve ser concluída no Senado após o fim do mandato da atual procuradora-geral, Raquel Dodge, que se encerra em 17

de setembro. A expectativa é que o Senado vote a indicação por volta do dia 22.

— Tão logo a mensagem chegue ao Senado, farei a leitura em Plenário e o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça. A partir da sabatina do indicado, há um pedido de vista que é natural.

Sessão temática interativa
Participe:
<http://bit.ly/audienciainterativa>
Portal e-Cidadania:
senado.leg.br/ecidadania
Alô Senado (0800 612211)

Pauta também tem projetos sobre pequenas empresas

Também constam da pauta dois projetos de lei: o PLC 113/2015, que autoriza o uso de garantia solidária por microempresas que precisam tomar empréstimos, e o PLC 198/2015, que permite a baixa gratuita e automática do registro de pequenas empresas sem atividade. A pauta tem ainda a quarta etapa de discussão da PEC 19/2014, que inclui a acessibilidade e a mobilidade entre os direitos fundamentais.

Os senadores podem aprovar também um requerimento de urgência para o PLS 769/2015, de José Serra (PSDB-SP), com medidas para desestimular o tabagismo entre crianças e jovens, e o projeto que denomina João Cláudio Netto Estrela o espaço de trabalho dos repórteres no Senado (PRS 75/2019).

CPI mista das Fakes News quer ouvir dirigentes de redes sociais

A CPI mista das Fake News se reúne hoje para votar requerimentos de convocação dos representantes legais no Brasil do WhatsApp, Google, Instagram, YouTube, Twitter e Telegram — empresas responsáveis por redes sociais e meios de distribuição de notícias —, além dos responsáveis pelo site The Intercept Brasil.

Também há pedido para que preste depoimento a professora universitária e blogueira Lola Aronovich, alvo de uma campanha cibernética difamatória e de perseguição física no Ceará.

A CPI vai investigar a criação de perfis falsos e ataques cibernéticos nas diversas redes sociais, com possível influência no processo eleitoral e no debate público. A prática de *cyberbullying* também será investigada pelo colegiado, assim como o aliciamento de crianças para o cometimento de crimes de ódio e de suicídio.

Governo e entidades divergem sobre impacto da reforma

Muitos estados e municípios já não conseguem arcar com o financiamento de seus regimes próprios de Previdência Social, o que leva a quadros de constantes atrasos no pagamento dos benefícios e de comprometimento da capacidade de investimentos. Esse foi o cenário apresentado ontem pelo representante da secretaria de Previdência do Ministério da Economia, Alex Rodrigues, na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

— Se não resolvermos o deficit estrutural que assolou a Previdência pública, se não descomprimos o Orçamento, se não deixarmos sobrar nenhuma receita para investimentos em outras políticas, em pouco tempo o Congresso terá que decidir quais compromissos com a sociedade o Orçamento irá cumprir, e quais terão que ser suspensos.

Rodrigues disse que a sustentabilidade dos sistemas dos regimes próprios de aposentadoria de servidores foi corroída por um índice expressivo de aposentadorias precoces, mesclado com o aumento da sobrevida do brasileiro.

— O deficit financeiro nos regimes próprios das prefeituras de capitais passou de R\$ 7 bilhões para R\$ 11 bilhões entre 2017 e 2018. E os defi-

cits atuariais das prefeituras como um todo também são crescentes, em torno de R\$ 1 bilhão — finalizou Rodrigues.

Sindicatos

Os representantes de entidades sociais voltaram suas críticas para o impacto da reforma sobre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e, conseqüentemente, sobre a economia das cidades. Representante da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita (Anfip), Aurora Miranda avaliou que o texto da reforma, se aprovado, impedirá que milhões de trabalhadores se aposentem ou fará os vencimentos serem achatados com a aposentadoria, gerando um ciclo de empobrecimento no país.

— Dados do próprio governo mostram que 70% dos municípios dependem do pagamento de benefícios previdenciários, não só no Nordeste, mas em todas as regiões. O dinheiro da Previdência hoje é o motor da economia de mais de 3 mil cidades, é o que movimenta o comércio, mercearias, padarias, farmácias e ajudam na educação de filhos e netos.

José da Mota Filho, da Sociedade Brasileira da Previdência Social (SBPS), afirmou que a PEC 6/2019 retirará R\$ 5,2

bilhões da economia real já a partir de 2020, somente no que tange às novas regras de acesso ao abono salarial. E que o impacto será maior a cada ano que passa.

— Hoje, 76,7% dos municípios recebem mais recursos do INSS do que do Fundo de Participação dos Municípios [FPM]. É evidente que a restrição dos benefícios, a diminuição dos valores e as supressões ao longo do tempo impactarão essas cidades. Isso vai ter que ser compensado por um aumento do FPM na reforma tributária — disse.

Mas Mota Filho ressaltou também o impacto do dinheiro do INSS para as grandes capitais. Lembrou que São Paulo recebe hoje R\$ 25,7 bilhões a

mais por ano de recursos de aposentadorias e pensões do que do FPM. Já o Rio de Janeiro recebe R\$ 16 bilhões a mais.

— As famílias mais pobres não têm capacidade de poupança, especialmente as que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Então todo este dinheiro é transformado em consumo de itens básicos, serviços, bens duráveis, saúde e educação. E tudo isso também vira ICMS, imposto que volta para estados e municípios.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse ainda que os débitos das empresas que sonogam a Previdência já passaram de R\$ 600 bilhões, com índices de apropriações indébitas que atingem R\$ 30 bilhões por ano.



Senador Paulo Paim preside o debate sobre a reforma na comissão

Teto de gastos do Orçamento ainda deve ser cumprido em 2020, diz IFI

Em relatório apresentado ontem, Instituição Fiscal Independente avalia que haverá comprometimento histórico de despesas não obrigatórias

AINDA É BAIXO o risco de descumprimento do teto de gastos para 2020, apesar do espaço cada vez mais limitado para realização de despesas primárias. O gasto discricionário, que inclui os investimentos, ficará em nível historicamente baixo no ano que vem. Esse é um dos destaques do relatório divulgado ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. Os analistas também avaliam o crescimento do PIB e a retração de consumo das famílias.

Agosto foi marcado por dois fatos importantes: o envio ao Congresso do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 e a divulgação do PIB do segundo trimestre de 2019.

O relatório aponta que a meta de R\$ 124,1 bilhões de déficit primário deverá ser cumprida,



Salto avalia que será preciso aprovar mais operações de crédito em 2020

mas haverá comprometimento das despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, podem ser eliminadas ou reduzidas). O nível projetado é o menor em 15 anos, inferior a R\$ 20 bilhões.

“A regra de ouro também dependerá de aprovação de operações de crédito pelo Congresso, da mesma forma

que ocorreu em 2019”, afirma o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

Prevista na Constituição, a regra de ouro proíbe o governo de fazer dívidas para pagar despesas correntes, como salários e aposentadorias.

Já o crescimento de 0,4% do PIB no segundo trimestre mantém ritmo observado desde

2016. Surpreendeu positivamente quando comparado à média esperada pelo mercado, mostra o relatório. A variação de apenas 0,4%, entretanto, evidencia uma recuperação ainda no início. Em novembro, a IFI reavaliará suas atuais projeções.

O relatório demonstra que o custo médio da dívida pública diminuiu e o ritmo de crescimento desse passivo tem sido mais brando, sob influência das devoluções de créditos pelo BNDES ao Tesouro. “Ainda assim, a dívida bruta já atingiu 79% do PIB e a trajetória de crescimento deverá persistir por vários anos. A recuperação das receitas do governo é um sinal positivo, mas ainda insuficiente para alterar as projeções de déficits primários nos próximos anos”, observa.

Comissão vota hoje convocação de ministros

A Comissão Fiscalização e Controle (CTFC) deve analisar hoje requerimento que pede a convocação dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para prestarem informações sobre as circunstâncias do acordo secreto entre os governos do Brasil e do Paraguai sobre a venda do excedente de energia da Usina Binacional de Itaipu.

O requerimento foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele explica que, em julho, houve uma grave crise institucional no Paraguai, devido a um acordo secreto que teria sido assinado com o Brasil aumentando o preço de



Randolfe quer esclarecer as circunstâncias do acordo

venda de energia àquele país até 2022. A alteração elevaria os custos paraguaios na operação em US\$ 200 milhões.

Depois da descoberta do acordo, várias autoridades

paraguaias renunciaram a seus cargos e o presidente, Mario Abdo Benítez, foi ameaçado de impeachment. No dia 1º de agosto, o governo paraguaio cancelou unilateralmente o acordo.

“Há graves denúncias de que as negociações foram realizadas para beneficiar uma empresa brasileira específica, com a participação de políticos do partido do presidente da República e em nome do mais alto mandatário do país e de sua família. É preciso, portanto, esclarecer as reais circunstâncias e interesses por trás da rápida e secreta assinatura desse acordo”, afirma Randolfe no requerimento.

MP desobriga publicação de licitações de órgãos públicos em jornais

A Medida Provisória 896/2019, publicada ontem no *Diário Oficial da União (DO)*, altera quatro leis para desobrigar órgãos públicos de União, estados, DF e municípios de publicar documentos relativos a licitações em jornais de grande circulação. Com isso, a exigência legal de divulgação estará cumprida quando houver publicação em site oficial e no DO.

Antes da MP, que tem validade imediata, todos os documentos eram publicados em jornais de grande circulação.

Com Agência Câmara

Indicados para Bósnia e Guiana serão sabatinados

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina hoje o diplomata Lineu Pupo de Paula, indicado para chefiar a embaixada brasileira na Bósnia e Herzegovina. Amanhã o colegiado sabatina da diplomata Maria Clara Duclos Carisio, indicada para ser a embaixadora na Guiana.



Humberto Costa e Chico Rodrigues são os relatores das indicações

Relator da indicação de Lineu Pupo de Paula, o senador Humberto Costa (PT-PE) informa em seu relatório que o indicado é ministro de primeira classe do Itamaraty, é formado em Direito e ingressou na carreira em 1982. Ele já trabalhou nas embaixadas na Argentina, El Salvador, Hon-



duras, Venezuela e Guiana.

A Bósnia e Herzegovina é uma república parlamentarista localizada no Sudeste da Europa e conta com 3,8 milhões de habitantes. Oriunda da antiga Iugoslávia, a Bósnia tornou-se independente em 1992.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) é relator da indicação de Maria Clara Duclos Carisio e informa que a diplomata é ministra de primeira classe, formada em economia e ingressou no Itamaraty em 1981. Já trabalhou nos Estados Unidos e na Europa.

A República Cooperativa da Guiana, que faz fronteira com o Brasil no Pará e em Roraima, tem cerca de 800 mil habitantes e é um Estado associado ao Mercosul.

Reguffe critica CPMF e defende aumento da isenção do IR

Reguffe (sem partido-DF) disse em Plenário ser contra a proposta do governo de recriar a CPMF.



Para o senador, o Brasil não precisa de mais impostos para que o governo dê conta de suas responsabilidades. Reguffe defendeu a isenção do Imposto de Renda para pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil por mês. E, além disso, a taxa de lucros e dividendos.

— Essa era uma reforma tributária para aliviar os mais pobres, para aliviar uma parte da classe média. Isso é o que tinha que ser feito — disse o senador.

Para Marcos Rogério, reforma corrige déficit financeiro crescente

Marcos Rogério (DEM-RO) disse em Plenário que a reforma da Previdência (PEC 6/2019)



visa corrigir um déficit financeiro que vem aumentando significativamente ano após ano. Entre os fatores que tornam a reforma importante, o senador citou o envelhecimento populacional, a baixa taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

— O nosso sistema previdenciário faz com que os 15% mais ricos acumulem 47% da renda previdenciária do Brasil. Precisamos reverter esse quadro — afirmou.

Paulo Paim condena censura a livro na Bienal do Rio

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, de impedir ato de censura contra uma obra literária à venda na Bienal do Livro do Rio de Janeiro. A medida foi necessária após o prefeito do Rio, Marcelo Crivella, determinar que ficais recolhessem um livro que tinha impressa, em suas páginas, a imagem de um beijo entre dois jovens do mesmo sexo. Na opinião de Paulo Paim, qualquer tentativa de censura de ideias e pensamentos de um povo é sinal de estupidez humana e delírio totalitário.

— É preciso ficar de olhos bem abertos. Vigiar a liberdade e a democracia é um dever de todos nós — disse.